

DO ECODESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FALÁCIAS DO ECOCAPITALISMO QUE VENDEM MAIS À LUZ DO ODS 12¹

Natália Cerezer Weber², Cláudia Marília França Lima Marques³, Daniel Rubens Cenci⁴, Marco Antônio Compassi Brun⁵, Mariana Emília Bandeira⁶, Tamara Cossetim Cichorski⁷

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos da Unijui; em conjunto com alunos da turma 2023.

² Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Bolsista CAPES (2022). Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário (DESCOMPLICA). Bacharel em Direito pela UNIJUI (2021) e integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade. Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos (PPGDH). E-mail: natalia.weber@sou.unijui.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2858669485010022>.

³ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, Ijuí/RS, na Linha de Pesquisa I - Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos, com Bolsa Integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação da Professora Pós-Doutora Janaína Machado Sturza. Pós-graduada em Direito Penal pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Pós-graduada em Direito Civil também pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta/RS. Integrante do grupo de pesquisa "Biopolítica e Direitos Humanos", cadastrado no CNPQ e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Mestrado e Doutorado da UNIJUI. E-mail: claufl1903@gmail.com.

⁴ Pós-Doutorado em Geopolítica Ambiental Latino-americana, pela Universidade de Santiago do Chile (2018), Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2009), mestrado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2002), graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1998). Professor do Doctorado en Desarrollo Sustentable e Integración Regional na Universidad Gastón Dachary (UGD). Professor da UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul nos cursos de graduação em Direito, Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos PPGDH/UNIJUI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7919-6840>; E-mail: danielr@unijui.edu.br.

⁵ Mestrando em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGD) com Bolsa Gratuidade (UNIJUI). Graduado em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Especialista em Proteção de Dados: LGPD & GDPR pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Endereço eletrônico: marcoantonio_brun@outlook.com.

⁶ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUI. Bolsista PROSUC/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marianaebandeira@gmail.com.

⁷ Mestranda em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGD) com Bolsa Gratuidade (UNIJUI). Especialista em Direito Imobiliário pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Endereço eletrônico: tamaracossetim@gmail.com.

RESUMO

Este artigo aborda os conceitos de ecodeenvolvimento e desenvolvimento sustentável, destacando a mudança da interação humana com o meio ambiente, analisando como esses termos emergiram durante a Conferência da ECO92, a partir do ecosociólogo Ignacy Sachs, refletindo a preocupação ambiental diante da industrialização e globalização. Verifica-se ainda em segundo momento as falácias utilizadas pelo capitalismo, como o "ecocapitalismo", ou "capitalismo verde" que são estratégias de marketing dentro da sociedade de consumo, entrelaçando a necessidade de consumir como integrador social e a cultura do lixo etapa final.

Destaca-se também a indústria da moda e o lixão no deserto do Atacama. Busca-se investigar a questão norteadora dessa pesquisa quanto a coerência do capitalismo com a sustentabilidade, com enfoque nos limites e possibilidades do ODS 12 da Agenda 2030 da ONU. A metodologia adotada foi a hipotético-dedutiva. Por fim, conclui-se que o sistema atual não está alinhado com o desenvolvimento sustentável, pois promove crescimento econômico que resulta em desigualdades e exploração de recursos naturais além dos limites.

Palavras-chave: Agenda 2030. Desenvolvimento Sustentável. Ecodesenvolvimento.

ABSTRACT

This article addresses the concepts of eco-development and sustainable development, highlighting the change in human interaction with the environment, analyzing how these terms emerged during the ECO92 Conference, from the ecosociologist Ignacy Sachs, reflecting the environmental concern in the face of industrialization and globalization. It is also verified in a second moment the fallacies used by capitalism, such as "ecocapitalism", or "green capitalism" which are marketing strategies within the consumer society, intertwining the need to consume as a social integrator and the culture of garbage final stage. Also noteworthy is the fashion industry and the dump in the Atacama Desert. We seek to investigate the guiding question of this research regarding the manipulation of capitalism with sustainability, with an approach to the limits and possibilities of SDG 12 of the UN 2030 Agenda. The adopted methodology was hypothetical-deductive. Finally, it is concluded that the current system is not adequate for sustainable development, as it promotes economic growth that results in inequalities and exploitation of natural resources beyond limits.

Keywords: 2030 Agenda. Sustainable development. Eco-development.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda os conceitos de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, sendo o primeiro sinônimo do segundo, que passou a ser reconhecido durante a Conferência da ECO92 no Rio de Janeiro. Esses termos trazem a preocupação que o ser humano passou a ter com o meio ambiente, diante da mudança de interação com a natureza, de onde em primeiro momento retirava o seu sustento para sobrevivência e após o evento da Revolução Industrial iniciou-se a produção em grande escala de produtos, impulsionando o capitalismo e a globalização.

Os danos originados durante a Revolução Industrial acentuaram durante a segunda fase desta, com as máquinas a vapor e o uso da energia elétrica, bem como uso de sintéticos e corantes. Esse período de cerca de 200 anos levou o meio ambiente a um estado de degradação que hoje denotam de medidas urgentes para que seja preservado e é esse o objetivo da reunião dos países junto com o implemento da Agenda 2030.



Ademais, este trabalho busca analisar algumas das falácias do capitalismo, que utiliza-se de termos como ecocapitalismo, capitalismo verde, entre outros, mas sempre com o capitalismo presente, tornando-se incompatível com qualquer ideia de sustentabilidade, uma vez que representa apenas uma estratégia de marketing sedutora para atrair consumidores e mostrarem-se como empresas responsáveis.

Essa incompatibilidade junto com a sociedade de consumo, aliada a sociedade de risco e o hiperconsumismo, a fim de suprir os prazeres momentâneos que o capitalismo alimenta nos indivíduos geram a cultura do lixo, sendo um desses exemplos a indústria da moda, com o maior símbolo desse fator o deserto do Atacama, no Chile, que acumula um gigantesco cemitério de roupas.

Isto posto, no primeiro item será aborda o conceito de desenvolvimento até a chegada do termo sustentável, à luz da teoria essencialmente do ecosociólogo Ignacy Sachs. No segundo tópico passa a tratar do discurso capitalista sustentável adotado por muitas empresas como estratégia de marketing para vender mais, conseqüentemente gerando mais lixo e poluição, enganando o consumidor que acredita estar adotando uma prática responsável, quando na verdade, ainda está preso na cadeia da falsa sensação de suprir a felicidade momentânea.

Por fim, o trabalho em seu último título busca junto ao ODS 12 da Agenda 2030 da ONU investigar a possibilidade de se implementar um consumo e produção responsáveis dentro do sistema capitalista vigente.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão norteadora: “O sistema econômico capitalista vigente encontra-se em coerência com as demandas de desenvolvimento sustentável e o cumprimento das metas globais a partir da Agenda 2030?”.

Acredita-se que infelizmente esta não é uma preocupação advinda do sistema econômico capitalista, mas sim uma ideia utilizada para fomentar a sociedade de consumo e a venda da ideia da sustentabilidade, sendo um incompatível com o outro. Embora algumas empresas vistam a camisa da sustentabilidade, o capitalismo busca promover o crescimento econômico e a inovação, que incentiva o consumo excessivo e conseqüentemente as desigualdades sociais, econômicas, ambientais (para aqueles à margem da justiça ambiental) e sobretudo a exploração de recursos naturais além dos limites.

METODOLOGIA

Este trabalho é na sua totalidade de cunho bibliográfico, a metodologia adotada foi a hipotético-dedutiva, realizada com base em leituras de livros, artigos publicados e estudos acerca do tema, bem como como plano de fundo a Agenda 2030.

O presente texto reflete os estudos empreendidos no Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade. Mestrado e Doutorado da UNIJUI (PPDGDH), orientado pelo professor Dr. Daniel Rubens Cenci.

No primeiro título pretende-se explicar através da construção dos conceitos de codesenvolvimento e desenvolvimento sustentável pelo levantamento bibliográfico o processo de busca e seleção de literatura científica relacionada ao tema referente ao momento em que o ser humano passou a interagir e perceber o meio ambiente de forma diferente após os eventos significativos que alteraram essa lógica, como a Revolução Industrial.

Em segunda instância, investiga-se bases de dados acadêmicos e bibliotecas digitais para identificar estudos empíricos, revisões sistemáticas e teorias relevantes que apoiem a hipótese, bem como fatores sociais para fomentar os argumentos dedutivos. No último item, busca-se evidenciar a resposta à questão norteadora da pesquisa promovendo uma reflexão teórica, voltada para contribuições futuras deste campo de estudo.

O SURGIMENTO DO (ECO)DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E LIMITES AO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A preocupação com o meio ambiente ganhou destaque pela primeira vez em 1968 com o Clube de Roma, onde estudiosos de todas as áreas se reuniram para debater questões globais. Essa preocupação surgiu após ser perceptível que os recursos naturais eram limitados, bem como diversos eventos anteriores foram significativos para a mudança de consciência e a ênfase do pensar no meio ambiente como um bem a ser conservado e introduzida a ideia de limite para o crescimento econômico (Pigas; Mansano, 2015).

A partir destes estudos iniciais, em 1972, na Conferência de Estocolmo foi apresentado o Relatório Brundtland, reunindo pela primeira vez na história líderes de diversos países para discutir e promover acordos com base nos resultados apresentados acerca do meio ambiente.



Outrossim, o ser humano após desenvolver a capacidade técnica passa a mudar sua relação com o meio ambiente, onde anteriormente era retirado na sua totalidade o sustento para sobrevivência, a sociedade consistia em produtores e não na figura do consumidor, sendo o objetivo do contato com o meio ambiente retirar dele elementos para suprir as necessidades básicas (Bauman, 2008).

Um dos eventos notórios para essa mudança de percepção foi a Revolução Industrial no século XIX que marcou a aliança entre a técnica e a ciência moderna para experimentos científicos que impactaram com maior poluição o meio ambiente pela rápida industrialização e capacidade de produção, ocasionando ainda a explosão demográfica, a urbanização e o loteamento dos grandes centros urbanos (Kruger, 2001).

Com efeito, restou evidente que os recursos providos pelo meio ambiente não seriam o suficientes para suprir a toda a população que continuava crescendo e atender todas as demandas do estilo de vida europeu, se fazendo necessário olhar de forma diferente para o meio ambiente como um bem a ser conservado.

Ademais, de acordo com Lovelock (2020) as nações visando o progresso econômico, deixaram em segundo plano medidas de construção sustentável, ocasionando o dano atual acentuado em torno de 200 anos atrás, pela Revolução Industrial e pelo crescimento populacional, já que esse evento deu a ideia que todos poderiam e mereciam uma vida de luxo idealizada pelo estilo de vida europeu, que apresenta características denominadas de primeiro mundo e modelo a ser seguido pelos demais países e povos como inspiração de desenvolvimento.

Nesse mesmo sentido, observa Piga e Mansano (2015) que:

É possível notar que a preocupação ambiental, nesse momento, parte de profissionais renomados, que dispunham de condições tecnológicas, conhecimentos e poder econômico para elaborar um relatório que tentasse mensurar os limites ecológicos frente ao modo como a sociedade vinha se organizando. Os aspectos econômicos, políticos, naturais e sociais foram identificados como componentes que interagem de maneira muito complexa para serem tratados isoladamente. Assim, a interação e estudos realizados por esses empresários e cientistas resultou na publicação do relatório denominado “Limites para o Crescimento”, em 1972 (Piga; Mansano, 2015, p. 6).

Nesse momento inicial de discussão, durante a Conferência de Estocolmo alguns países chegaram a defender o desenvolvimento a qualquer custo, ainda que oferecesse riscos ao



meio ambiente, pois em suma maioria os opositores eram países subdesenvolvidos competindo com países mais avançados, então acreditavam que aos segundos cabiam frear a economia, já que eram os geradores da poluição e dos problemas em discussão. Assim, dividiam-se entre países desenvolvidos em concorrência com os subdesenvolvidos, gerando um amplo debate e discordância entre si. Em razão disto o Estado precisa intervir para conter o mercado equilibrando os custos sociais e ambientais (Sachs, 2000).

O relatório de Brundtland pode ser visto como o mais notável de uma série de expressões que refletem a inquietação com a contínua expansão econômica e demográfica, onde a escassez de recursos naturais e a deterioração do meio ambiente foram identificadas como fatores que impõem limites absolutos a esse crescimento (Pigas; Mansano, 2015, p. 6-7).

O debate acerca do ecodesenvolvimento a partir deste movimento entre as décadas de 1960 e 1970 tratava-se da preocupação de questões econômicas, sociais, políticas, culturais, éticas, de gestão, entre outras em consonância com o meio ambiente sadio. Posteriormente, o desenvolvimento sustentável passou a ser uma derivação do ecodesenvolvimento já com a Conferência que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992 (ECO92) acerca da Cúpula da Terra que versava sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo incorporado definitivamente nos documentos e discussões internacionais.

Após a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987 surgiu a CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU, com o intuito de examinar as questões relativas ao meio ambiente para formular propostas de cooperação internacional, adaptando os governos ao limite do crescimento populacional, preservação ambiental, controle industrial, urbano e energético, de maneira a proteger os ecossistemas (Tabarin, 2020).

Em suma, o conceito de ecodesenvolvimento é sinônimo de desenvolvimento sustentável, significando o equilíbrio entre a proteção ambiental e o crescimento econômico, devendo ser partilhado entre todos no planeta. Foi popularizado após a ECO92, entendendo a ecologia como integração das demais áreas a ser vista de forma conjunta, sob um olhar bidimensional entre economia e sociedade, adotando uma maneira holística de enfrentar os problemas ambientais (Sachs, 2000).

Isso posto, em segundo momento o trabalho passará a abordar as características do desenvolvimento sustentável dentro do capitalismo, utilizado como estratégia de marketing



para gerar mais lucro, bem como ocultando e negligenciando as questões ambientais através da cultura do lixo, como indicador principal deste sistema econômico.

O FALSO DISCURSO DO CAPITALISMO SUSTENTÁVEL PARA VENDER MAIS

De acordo com o título anterior acerca do desenvolvimento sustentável é perceptível que as novas formas de economia mundial se originaram na Segunda Revolução Industrial, que foi uma continuidade da primeira Revolução Industrial no século XIX, onde o homem uniu a técnica com a ciência, sendo capaz de alterar o cenário econômico mundial que sofreu profundas transformações nas esferas social, política e ambiental.

Esse início de progresso, que ultrapassou fronteiras e inaugurou um estágio de capitalismo acelerado, já indicava os primeiros traços da globalização. Além disso, trouxe à tona dinâmicas de poder entre diferentes sociedades, a dominação via tecnologia, a segregação com base na capacidade de consumo e a característica central do capitalismo: a efemeridade dos produtos, cuja vida útil percebia-se consideravelmente curta (Postman, 1994).

Dentro do discurso capitalista sobre sustentabilidade encontra-se estratégias de Marketing para aumentar vendas e, uma delas é a do ecocapitalismo, ou ainda, capitalismo verde. Essa abordagem tem como único objetivo: vender mais e conseqüentemente gerar mais lucros com a alta produção e consumo de produtos, deixando evidente a incompatibilidade do capitalismo com um discurso sustentável verdadeiro.

A denominada Economia Verde enfatiza o papel da economia na abordagem da crise ambiental, posicionando as elites como a vanguarda para resolver as questões ambientais, sem alterar os alicerces fundamentais do sistema capitalista, as discussões giram em torno da viabilidade de alinhar as dinâmicas de reprodução do capitalismo com um desenvolvimento sustentável. No entanto, trata-se de um processo de comercialização da natureza camuflado por um discurso ideológico que distorce os valores do capital, chamado de "ecologização", que transforma a natureza e o trabalho em mercadorias voltadas para o modo de produção capitalista (Simião, 2014).

O capitalismo sustentável utiliza da estratégia de marketing para passar a ideia às grandes massas de que as empresas que reproduzem esse discurso se encontram comprometidas

com o meio ambiente e com práticas ecologicamente responsáveis, fazendo o consumidor crer que ao comprar aquele produto está ajudando o meio ambiente.

Contudo, tal finalidade busca não somente o aumento de vendas, com a maior fabricação de produtos do que se pode ser consumido por toda a sociedade de consumidores. Visto que agora o ser humano de mero produtor na sociedade inicial passou a ser consumidor, já que o consumo é visto como um dever social (Bauman, 2008).

Na vigência do capitalismo as empresas bombardeiam os consumidores com publicidades agressivas e com o marketing sedutor, induzindo a necessidade de compras, afetando o valor pessoal e a felicidade individual, fazendo com que eleve o consumo para irracionalmente buscar a satisfação dos desejos instantâneos. Essa característica advém da sociedade de consumo, a qual é uma sociedade industrial avançada e focada no progresso econômico e na produção em série para consumo das massas, importando em globalização acentuada, sem fronteiras e assinalando as desigualdades sociais (Lipovetsky, 2007).

Deste tipo de sociedade, gera ainda a sociedade de risco que precisa a todo momento lidar com as ameaças globais constantes trazidas pela sociedade de consumo e a modernização industrial custosa para a vida na Terra. Essa sociedade de risco gera ainda uma nova forma de capitalismo, de economia, de ordem global, de sociedade e de vida pessoal, onde os indivíduos são obrigados a se adaptar e sequer percebem a dimensão (Beck, 2010).

Assim, o consumo é elevado para irracionalmente buscar a satisfação dos desejos instantâneos. Como resultado, o consumo torna-se fonte de integração social e influência na determinação do valor humano perante a sociedade, configurando-se mais alto ou mais baixo conforme a capacidade o que o indivíduo possui de consumir as tendências industriais, assim estimulando o consumismo impulsivo e conseqüentemente a cultura do lixo pela geração de resíduos.

Para Lipovetsky (2007), o hiperconsumo está relacionado a felicidade contemporânea experimentada pelo homem moderno consumidor que busca se satisfazer através do consumo as sensações de suprimento e prazeres imediatos do seu ser advindas do marketing e da idealização do capitalismo, assim como quanto mais um país é capaz de produzir e de vender produtos, mais é um indicativo de país sob os moldes de avanços sociais.



Evidencia-se que esses conceitos estão interligados dentro de uma sociedade de capitalista incompatível com a sustentabilidade, já que o único destino para esse gráfico global é a intensificação da crise ambiental.

Com efeito, esse discurso dentro do sistema capitalista busca trazer a ideia de que é vantajoso e compatível com a economia, chegando a inverter os valores sociais e morais, como também a ideia de sustentabilidade desconstruída.

De fato, sob o argumento do esverdeamento da economia, o capital, em face da impossibilidade de escamotear os graves efeitos da “questão ambiental”, promove o desfecho de um novo escopo ideopolítico, o qual tem como suposto a necessidade de convencer a todos e a cada um da contínua capacidade do sistema de “reformarse”, em prol do seu aprimoramento, beneficiando, assim o conjunto da sociedade. Enquanto isso, segue a sua trajetória inexorável em busca do aumento de sua lucratividade, apropriando-se vorazmente do conjunto dos recursos planetários – de modo a comprometer as condições de reprodução das múltiplas formas de vida – ainda que o faça sob nebuloso discurso verde ou em nome da sustentabilidade (Araújo; Silva, 2012, p. 141).

O Fast Fashion como é chamado na indústria da moda é marcado pela duração encurtada das roupas e a popularização pelos preços atrativos através da facilidade de consumo. É um setor do sistema econômico capitalista que consiste na rápida confecção e distribuição de produtos da indústria da moda, com um preço abaixo, visando o lucro, aumento de vendas e oferecendo uma qualidade reduzida nos produtos que não são biodegradáveis e possuem componentes químicos que poluem o meio ambiente (Athie, 2022).

Desse objetivo capitalista percebe-se a existência de um cemitério têxtil no deserto do Atacama, no Chile, encontra-se um depósito ilegal têxtil que abriga grandes volumes de vestuário de segunda mão originados de países asiáticos, europeus, Estados Unidos e Canadá, os quais foram produzidos na China e Bangladesh. O Chile, atualmente o maior consumidor de vestuário na América Latina, também lidera a importação de roupas de segunda mão, contribuindo assim para o aumento progressivo desse depósito (Yamaguchi, 2009).

É primordial estabelecer a conexão entre a indústria do fast fashion e o cenário ambiental atual, bem como as ramificações decorrentes da formação clandestina do depósito no Atacama. As roupas descartadas em lixões tendem a se decompor de maneira lenta, até porque o material utilizado também tende a ser de baixa qualidade, feitas de materiais sintéticos que requerem centenas de anos para se decompor, ocasionando contaminação do solo (Lee, 2009).



Após toda a etapa de consumo, a curta duração dos produtos, feitos para serem substituídos e para o consumidor acompanhar as tendências a dinâmica social impulsionada pela ênfase no consumo resulta na necessidade constante de substituição de produtos, levando ao acúmulo de resíduos, pois são encaminhados para aterros sanitários ou incinerados, causando poluição atmosférica e impactando o clima, solo e recursos hídricos.

O sistema adota uma abordagem linear, em que empresas exploram os recursos naturais finitos da Terra, produzem mercadorias que são introduzidas no mercado, consumidas e eventualmente descartadas. Contudo, esta abordagem enfrenta uma crise, visto que a cultura do descarte foi adotada, associada ao que se torna considerado inútil, antiquado ou desagradável dentro do contexto capitalista (Gonçalves, 2018).

O resíduo é a etapa final da sociedade de consumo, representando algo que foi inicialmente explorado, fabricado, comercializado e desejado, mas rapidamente deixa de satisfazer o consumidor devido a novidades no mercado, tornando-se obsoleto.

No último item, se buscará analisar o ODS 12 acerca do consumo e produção responsáveis como meta global a ser cumprida.

ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS SERÁ POSSÍVEL? LIMITES E POSSIBILIDADES:

Conforme exposto no item anterior, o capitalismo vende o discurso de ser mais vantajoso para a economia a falsa adoção da sustentabilidade, enquanto o objetivo final é fomentar o consumo e gerar lucro, explorando os recursos naturais e visando o progresso econômico.

Como freio desse desenvolvimento econômico sem limites e acelerados, conforme já exposto, houve décadas de discussão, emergindo o conceito de desenvolvimento sustentável com a Conferência da ECO92, no Rio de Janeiro, essencialmente entre os países subdesenvolvidos em contradição com os países desenvolvidos, marcados pela Revolução Industrial.

Como a Agenda 2030 trata-se do instrumento de metas globais aderida para garantir um futuro saudável e ecologicamente equilibrado com o direito ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, prevê-se também dentro desses objetivos tornar o consumo e a



produção responsáveis, dado que as empresas no sistema capitalista vigente aderem ao discurso como estratégia de Marketing sedutor para induzir o consumidor a continuar no ciclo da sociedade de consumo, gerando acúmulo de lixo e aumento de lucros, independente dos limites ambientais.

Com efeito, o ODS 12 tem como meta garantir padrões sustentáveis de produção e consumo, incluindo a implementação de um Plano Decenal para Produção e Consumo Sustentáveis, gerenciar eficazmente os recursos naturais, reduzir o desperdício de alimentos, adotar práticas ambientalmente seguras para produtos químicos e resíduos, incentivar práticas sustentáveis nas empresas e promover compras públicas sustentáveis. Além disso, busca aumentar a conscientização sobre estilos de vida sustentáveis, fortalecer capacidades científicas e tecnológicas nos países em desenvolvimento, monitorar impactos sustentáveis no turismo e eliminar subsídios ineficazes aos combustíveis fósseis para refletir seus impactos ambientais, protegendo comunidades vulneráveis. (Organizações das Nações Unidas, 2015).

Nesse sentido Simião (2014, p. 63) observa que:

As soluções técnicas articuladas pelo capital para conter os danos da produção ao meio ambiente têm dividido opiniões quanto a sua efetividade e gerado polêmicas entre seus próprios defensores sobre os impactos destas para o meio ambiente. Além disso, por representarem custos, e custos altos para sua implementação, não se pode esperar que serão priorizadas, que assumirão posição de destaque nas diretrizes do mercado, porque o objetivo da produção no capital é a geração de riqueza abstrata, acumulação de lucro. As relações de produção são alicerçadas nas diferenças das classes, das formas de pertencimento dos sujeitos no capitalismo provocadas pela separação do trabalho dos meios de produção, da relação social e histórica que se cria com trabalho e a natureza pelo capital, que é de exploração. Donde a crise socioambiental e a desigualdade social erigem a dinâmica estrutural desse sistema. Logo, sua perpetuação, as tais soluções técnicas que visam redirecionar a lógica produtiva colocando o capitalismo pela busca de eficiência energética e sustentável, pressupõe risco ao meio ambiente, escassez ecológica e disparidades sociais, indo na contramão dos objetivos enunciados (Simião, 2014, p. 63).

Assim, há alternativas sistêmicas em harmonia com a natureza que estão ligadas com a sustentabilidade e que contribuam para a preservação de áreas verdes não destinadas à exploração econômica, iniciativas que fomentem a produção e consumo de alimentos orgânicos, realização da exploração de recursos minerais (como carvão, petróleo e minérios) com estrita supervisão, racionalidade e planejamento, adoção de fontes de energia limpa e renovável, reciclagem de resíduos sólidos de maneira individual e corporativa, diminuindo o acúmulo de lixo e a extração de recursos minerais (Aires, et al., 2022).



Outrossim, as empresas também podem adotar a gestão sustentável para redução do desperdício de matéria-prima e métodos de produção com menor consumo energético, como também regular o consumo de água acompanhada de medidas para prevenir a poluição de recursos hídricos e reabilitação dos locais já contaminados.

Nessa senda, não existe uma solução pronta em conjunto com o capital para deter os danos ao meio ambiente, sequer um caminho em linha reta fácil para cessar a poluição e reverter toda uma lógica econômica criada pelos países para progresso econômico originadas há cerca de 200 anos atrás com a Revolução Industrial. Porém, existe a possibilidade de alimentar a Agenda 2030, sobretudo o ODS 12 que trata de consumo e produção responsável, a fim de disseminar consciência ambiental global para promover mudanças positivas e garantia de vida para as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o sistema econômico capitalista não se preocupa de fato com o desenvolvimento econômico, uma vez que se utiliza do discurso do capitalismo verde para conduzir ao excesso de consumo e retornar em lucro. Um exemplo evidenciado disto é a indústria da moda Fast Fashion que é responsável pelo maior cemitério de roupas da América Latina, localizado no deserto do Atacama, no Chile, comprovando a incompatibilidade do capitalismo com medidas sustentáveis.

Ainda que as empresas possam aderir ao discurso sustentável, a etapa final da sociedade de consumo estará voltada para a cultura do lixo e o acúmulo de resíduos que irão gerar poluição de águas, solos e ar sob a justificativa do crescimento econômico e a inovação, que incentiva as desigualdades sociais, econômicas, ambientais (para aqueles à margem da justiça ambiental) e sobretudo a exploração de recursos naturais além dos limites.

Resta evidente que o desafio de alcançar padrões de produção e consumo sustentáveis é essencial para enfrentar os dilemas ambientais e sociais contemporâneos. O Objetivo 12 da Agenda 2030 reflete a necessidade de uma mudança profunda e abrangente em nossas abordagens econômicas e comportamentos individuais. A interconexão entre produção, consumo, recursos naturais e resíduos é clara, demonstrando a urgência de medidas coordenadas e abrangentes.

A busca por soluções requer colaboração global, engajamento público, políticas coerentes e a união de todos sob a garantia de um futuro comum saudável para as próximas gerações, sendo crucial reconhecer que a mudança para padrões de produção e consumo sustentáveis não é apenas uma escolha, mas uma imperativa para garantir um futuro viável. A criação de um mundo mais equitativo, resiliente e ambientalmente consciente depende das ações que empreendidas atualmente.

Em suma, não existe uma alternativa pronta e um caminho em linha reta a ser seguido para que garanta que cesse a exploração do meio ambiente sob a justificativa do progresso econômico pelo sistema capitalista ou que assegure a mudança de toda uma lógica econômica construída ao longo das décadas, contudo, é possível tomar consciência dos problemas atuais e das brechas encontradas por esse modelo econômico para utilizar-se da sustentabilidade e seguir ileso na degradação do meio ambiente para conversão em lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES VALENGA KRINDGES, LUDMILLA LUDWIG; MANSUR GIBRAN, SANDRO. 12º OBJETIVO DA AGENDA 2030 DA ONU-PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS: BREVE ANÁLISE SOB A ÓTICA DO CAPITALISMO HUMANISTA. **Relações Internacionais no Mundo**, v. 3, n. 36, 2022.

ARAÚJO, Nalisa Maria Souza Araújo; SILVA, Maria das Graças e. **Economia Verde: a nova ofensiva ideológica do Ecocapitalismo**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, jul/dez, 2012.

ATHIE, SOFIA DO AMARAL. **Moda, sustentabilidade e economia circular: um plano de ação no âmbito do “Blue Circular Post Branding Project”**. 2022. Dissertação (Mestre em Design e Cultura Visual) - IADE - Universidade Europeia., [S. l.], 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **A Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.



BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: **Rumo a uma outra modernidade**. 1ª ed. São Paulo. Editora 34 Ltda. 2010.

GONÇALVES, Pólita. **A cultura do supérfluo: lixo e desperdício na sociedade de consumo**. Editora Garamond, 2018.

LEE, Matilda. EcoChic: **o guia de moda ética para a consumidora consciente**. São Paulo: Larousse do Brasil, p. 17, 35, 39, 46, 50, 62, 63, 67, 68, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 140, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. A Felicidade Paradoxal: **Ensaio dobre a sociedade de hiperconsumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LOVELOCK, James. **A Vingança de Gaia**. 1ª ed. 2020. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca, 2020.

Nações Unidas Brasil. (2021). Objetivo 12: Consumo e Produção Sustentáveis. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PIGA, Talita Ravagnã; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sustentabilidade ambiental e história: uma análise crítica. **Perspectivas contemporâneas**, v. 10, n. 2, p. 174-195, 2015.

POSTMAN, N. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

SIMIÃO, Luciana do Nascimento. **O “novo” discurso hegemônico da (in) sustentabilidade do capitalismo verde: uma análise crítica**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TABARIN, Charles Serra. DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NA AGENDA INTERNACIONAL. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 10, n. 1, p. 1-16, 2020.

YAMAGUCHI, Laís Yoshimi Moritz. A economia política internacional do fast fashion: **um estudo sobre o lixo têxtil no deserto do Atacama no Chile**. 2022.